

Eixo Temático 28

Ofensivas Antigênero: Atores, Dinâmicas e Políticas

SIMPÓSIO

OFENSIVAS ANTIGÊNERO E PÂNICO MORAL

- DESAFIOS E RESISTÊNCIAS

Denise Carreira ¹
Juliana Martínez ²
Vanessa Leite ³

RESUMO

No atual contexto de fortalecimento de conservadorismos, como parte de uma agenda transnacional antidireitos, as expressões de gênero e sexualidade estiveram, na última década, no centro de grandes controvérsias públicas, mobilizando diferentes atores e arenas. Essa ofensiva se desenvolve com certas características em cada contexto nacional. Contudo, os temas, articulações e inclusive os discursos que dão base à essa ofensiva são bastante parecidos em diferentes partes do mundo. A equidade de gênero, o aborto, o casamento entre pessoas do mesmo gênero e leis e políticas voltadas à educação em sexualidade nas escolas, com matizes específicos, são temas que têm unido amplos setores conservadores em diferentes países, onde assistimos a reações públicas que fomentam um pânico moral, que mobiliza múltiplos atores e discursos, especialmente religiosos, em defesa da família, da heterossexualidade e contra um pretenso desvirtuamento das crianças e jovens. O Simpósio pretende aprofundar esse debate voltando seu olhar para desafios enfrentados em diferentes contextos e resistências que têm sido articuladas.

Palavras-chave: Ofensivas antigênero; pânico moral; infância e juventude; educação

¹ Doutora em Educação, Coordenadora Institucional da Ação Educativa – SP, denisecarreira2@gmail.com

² Doctora en Lenguas y Literaturas Romances. Profesora de Género y Sexualidad y Literatura Latinoamericana en American University - Washington DC.

³ Doutora em Saúde Coletiva. Pesquisadora do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ) - RJ, vanessajleite@gmail.com

Gênero e Educação: ataques, resistências e brechas

Denise Carreira⁴

A Educação é uma das áreas de políticas públicas mais atacadas pelo projeto autoritário e ultraliberal que sequestrou o Estado brasileiro após o golpe institucional de 2016. Ataques que foram extremamente intensificados pelo governo Bolsonaro, a partir de 2019, e que visam não somente desconstruir a educação e outras políticas sociais como direitos constitucionais, mas reorientar a política educacional na perspectiva de uma educação em prol da obediência a uma ordem profundamente desigual, racista, misógina, LGBTQIA+fóbica, capacitista e discriminatória.

Apostando na desinformação, na ignorância, no pânico moral, os movimentos ultraconservadores – em especial, o movimento Escola sem Partido em suas diferentes e mutantes faces e grupos fundamentalistas religiosos – seguem divulgando em diversos municípios brasileiros que as escolas “estão proibidas” de abordarem às questões de gênero e sexualidade. Estimulam perseguições e o medo, propagam ameaças, aparelham serviços públicos (como o caso do Disque 100), promovem censura e autocensura nos espaços escolares e nas gestões educacionais, intensificadas em períodos eleitorais.

É importante destacar que esses movimentos sofreram uma grande derrota no Supremo Tribunal Federal em 2020, para qual contribuiu de forma decisiva a atuação coordenada⁵ de vários movimentos sociais, redes e organizações da sociedade civil, entre

⁴ Educadora, Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da USP, Coordenadora Institucional da Ação Educativa – SP

⁵ Entre as instituições e redes que integram a articulação coordenada pela organização Ação Educativa, constam: Artigo 19, Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH), Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), Associação Mães pela Diversidade, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Associação Nacional de Política e Administração de Educação, Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCED), Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA), Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Associação Nacional de Juristas pelos Direitos Humanos LGBTI (ANAJUDH), Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDECA Ceará), Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Cidade Escola Aprendiz, Comitê da América Latina e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres (CLADEM Brasil), Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA), Conectas Direitos Humanos, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Confederação Nacional dos Trabalhadores dos Estabelecimentos em Educação (CONTEE), Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, Frente Nacional Escola Sem Mordaça, Geledés – Instituto da Mulher Negra, Grupo de

elas, de educação, feministas, LGBTQIA+, negras, direitos humanos, do campo religioso progressista, por meio da Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação.

As decisões do STF⁶, ao julgar onze ações que tratavam de leis municipais e estaduais inspiradas em propostas do movimento Escola Sem Partido, com destaques para leis antigênero, reforçaram a legitimidade dos marcos legais que sustentam a abordagem de gênero e sexualidade na educação brasileira⁷ e determinaram, entre outros pontos, ser inconstitucional a atuação persecutória desses movimentos. As decisões foram além: afirmaram ser dever do Estado brasileiro garantir a educação em gênero e sexualidade como forma de prevenir o abuso sexual e a violência doméstica contra crianças e adolescentes. Estabeleceram também a fronteira entre os direitos das famílias e os das crianças e adolescentes de acessarem conhecimentos humanísticos e científicos nas escolas mesmo esses contrariem doutrinas religiosas e políticas de suas famílias.

Em novembro de 2020, o julgamento do STF que analisaria as últimas cinco ações referentes a leis inspiradas em propostas Movimento Escola sem Partido, foi adiado pelo Presidente do Tribunal, em meio a ataques sofridos pela Suprema Corte no contexto das eleições municipais de 2020. Em 2021, a articulação de sociedade civil atuou para que o STF retomasse o julgamento das ações e na divulgação dos impactos práticos das decisões históricas do STF em 2020 para escolas e gestões educacionais.

Apesar das derrotas no STF, o movimento ultraconservador continua a estimular e diversificar suas estratégias de proposição de projetos de lei nos legislativos municipais e estaduais, atacando a autonomia docente e o princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas no ensino (art. 206, inciso III).

Segundo levantamento realizado pelas pesquisadoras Fernanda Moura e Renata Aquino do Movimento dos Professores contra o Escola sem Partido⁸, ao final de 2020,

Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero (GADvS), Instituto Alana, Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM), Movimento Educação Democrática, Open Society Justice Initiative, Plataforma de Direitos Humanos – Dhesca Brasil, Projeto Liberdade, Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde (RENAFRO), Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior (ANDES-SN), THEMIS - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), Associação TAMO JUNTAS – Assessoria Jurídica Gratuita para Mulheres Vítimas de Violência.

⁶ Mais informações: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=450392&ori=1>; <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=442331&ori=1>; <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=446545>

⁷ Carreira, Denise. Gênero na BNCC: dos ataques fundamentalistas à resistência política. Educação é a Base? 23 educadores discutem a BNCC. São Paulo, Ação Educativa, 2019.

⁸ <https://profscontraoesp.org/vigiando-os-projetos-de-lei/>

havia 62 projetos de lei exclusivamente antigênero tramitando em estados e municípios e outros sete no Congresso Nacional; 44 projetos de leis municipais e estaduais e outros quatro projetos de lei federais antigênero, mas que abordam também outros conteúdos autoritários; além de oito projetos estaduais e municipais e um federal “Infância sem Pornografia”. Ainda registra-se que, a partir do final de 2020, multiplicaram-se projetos de lei que visam proibir o uso de linguagem neutra de gênero em escolas e em outros serviços públicos.

É fundamental reconhecer a complexidade dos movimentos ultraconservadores e seus vínculos transnacionais, como revelados por estudos internacionais como o do Observatório de Sexualidade e Política (SPW), e sua capacidade de transformação. Mesmo antes das decisões do STF em 2020 esses movimentos ultraconservadores já vinham diversificando suas estratégias e frentes de atuação na educação.

Uma dessas frentes tem sido a educação domiciliar, o *homeschooling*, proposta prioritária do governo Bolsonaro, que tem sua regulamentação tramitando no Congresso Nacional. A educação domiciliar no Brasil é defendida predominantemente por grupos ultraconservadores, com o argumento que as famílias deveriam ter o direito de educar crianças e adolescentes com base em seus valores e doutrinas políticas e religiosas, perspectiva que vai contra a decisão do STF tomada em 2020 que estabeleceu a fronteira entre os direitos das famílias e os das crianças e adolescentes.

Outra frente de ação dos movimentos ultraconservadores na educação é a militarização das escolas públicas. A militarização não é um fenômeno recente: ela está presente em vários estados brasileiros desde a década de 1990, como em Goiás, mas ganhou grande impulso com o lançamento em 2019 do Programa Nacional de Implantação de Escolas Cívico-militares pelo governo Bolsonaro. Programa este que recebeu adesão de 643 municípios e de 16 estados. O Programa estimulou a criação de leis estaduais, como a do estado do Paraná, aprovada em 2020.

A militarização de escolas públicas, assim como a educação domiciliar, atualizam o discurso da ideologia de gênero, criado pela Igreja Católica nos anos de de 1990 e adotado por grupos evangélicos neopentecostais e grupos ultraconservadores como forma de atacar direitos conquistados pelas mulheres e população LGBTQIA+ nas últimas décadas. Reafirma as culturas tradicionais de gênero, a heteronormatividade e a

cisnormatividade, a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres e o controle dos corpos e da sexualidade, principalmente da juventude negra, LGBTQIA+ e das garotas.

Em 2022, as organizações Ação Educativa e Cenpec, em aliança com a Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação, coordenaram a pesquisa nacional Educação, Valores e Direitos, realizada em parceria com o Centro de Estudos em Opinião Pública (Cesop) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e o Instituto DataFolha, com cofinanciamento do Fundo Malala. O objetivo da pesquisa foi o de compreender como agendas antidireitos promovidas por grupos ultraconservadores, voltadas para a educação, são entendidas e elaboradas pela população.

A pesquisa revelou que a adesão da população a essas agendas é limitada, contrastando com o discurso alardeado pelos movimentos ultraconservadores, e que há brechas e contradições que favorecem a retomada de políticas públicas nacionais comprometidas com a abordagem da igualdade de gênero, raça e sexualidade na educação.

Os dados da pesquisa apontam que 73% defendem que a educação sexual seja abordada nas escolas; 71% acreditam que as escolas estão mais preparadas que os pais para explicarem temas como puberdade e sexualidade; 91% defendem que a educação sexual nas escolas ajuda as crianças e adolescentes a se prevenirem contra o abuso sexual; 88% acreditam que é importante que a escola discuta as desigualdades entre homens e mulheres e 81% que as escolas devem promover os direitos das pessoas viverem livremente sua sexualidade, sejam elas heterossexuais ou LGBTs.

Fabricar el Pánico Moral: usar la niñez como arma para atacar la justicia de género y los derechos humanos

Juliana Martínez⁹

La presente ponencia presenta los hallazgos principales del informe “Fabricar el pánico moral: usar la niñez como arma para atacar la justicia de género y los derechos humanos” (escrito originalmente en inglés).

La ponencia abordará cómo los grupos género-restrictivos basados en la fe, que trabajan a lo largo de varias denominaciones religiosas y a menudo operan transnacionalmente, están usando a la niñez y a la retórica de la protección de la niñez para fabricar pánico moral y movilizarlo contra los derechos humanos, particularmente aquellos relacionados con la justicia de género: la salud sexual y reproductiva (SSR); los derechos de las personas gais, lesbianas, bisexuales, transgénero e intersex (LGBTI); la equidad de género; e, irónicamente, los derechos de la infancia en todo el mundo.

También resalta cómo estos grupos trabajan por la imposición de una visión de mundo género-restrictiva, alimentándose de y fortaleciendo todavía más las políticas iliberales que han menoscabado seriamente la democracia en las primeras dos décadas del siglo XXI.

Para ofrecer una comprensión más matizada de la forma en que los grupos género-restrictivos instrumentalizan la niñez a través de la movilización del pánico moral en contextos locales, el informe presenta tres estudios de caso, cada uno en una región diferente: Perú en América Latina, Bulgaria en Europa del Este y Ghana en África Occidental. El análisis comparativo enfatiza las estrategias recurrentes, las narrativas y los actores, y da una idea de cómo los grupos género-restrictivos colaboran y participan en un trabajo de coalición a lo ancho del globo. También resalta diferencias significativas entre ellos, algunas de las cuales son responsables de su particular éxito o sus limitaciones más notables en contextos específicos. Sin embargo, para la presente ponencia solo se

⁹ Doctora en Lenguas y Literaturas Romances (Universidad de California, Berkeley). Profesora de Género y Sexualidad y Literatura Latinoamericana en American University (Washington DC), donde también es profesora asociada del Centro de Estudios Latinoamericanos y Latinos, y del programa de Mujeres, Género y Sexualidad.

abordará el marco conceptual, los hallazgos generales del caso de Perú, así como otras conclusiones generales.

Una de las principales contribuciones del documento es el uso de “grupos o actores género-restrictivos” como un término genérico para referirse a individuos, organizaciones e instituciones que, a pesar de sus muchas diferencias, trabajan juntos por la defensa de un orden mundial género-restrictivo. Un orden género-restrictivo organiza la vida económica, política y social a través de la imposición de una visión del género restrictiva y jerárquica, que tiene dos componentes principales e interdependientes: la naturalización del binario de género y la imposición de la normatividad de género.

La estrategia principal de los grupos género-restrictivos es simple: instrumentalizar la infancia para atacar los derechos humanos y la justicia de género al fabricar y movilizar pánico moral. Estos grupos enmarcan las iniciativas de justicia de género como perjudiciales para la niñez y usan la retórica de protección a la infancia para movilizar a la gente contra leyes, políticas y otras iniciativas que protegen y potencian los derechos LGBT, de las mujeres cisgénero, e incluso los de la niñez.

La indignación, la rabia y el temor por el bienestar de la niñez se manipulan y traducen fácilmente en apoyo social y político para iniciativas género-restrictivas, que cada vez más coinciden con fuerzas autocráticas y desdemocratizadoras. El pánico moral no solo, y ni siquiera principalmente, tiene una función “moral”. Su rol principal es político, particularmente en contextos de agitación y ansiedad económica, social y política.

Tres factores han sido esenciales para su éxito al fabricar pánico moral a través de la retórica de protección a la niñez. El primero es la unión de diferentes actores políticos, sociales y religiosos para oponerse a lo que los grupos género-restrictivos llaman “ideología de género”. Conceptualizada originalmente por el Vaticano, la “ideología de género” es un término peyorativo usado para menoscabar los derechos humanos y la justicia de género. Al reemplazar términos como “derechos de las mujeres”, “igualdad”, “en el mejor interés del niño” y “derechos LGBT” por “ideología de género”, los grupos género-restrictivos basados en la fe desacreditan los esfuerzos en derechos humanos y los presentan como una imposición neocolonial contraria los valores locales. Los argumentos agrupados bajo la oposición a la “ideología de género” se usan de manera oportunista, adaptando rápidamente su significado a contextos específicos, preocupaciones sociales y

luchas políticas. Por tanto, lo más importante sobre la “ideología de género” no es lo que el término significa, sino la visión de mundo género-restrictiva que transmite y que busca imponer a través de la desinformación y el pánico moral. La Educación Sexual Integral (ESI), el matrimonio y la adopción por parte de personas del mismo sexo, los derechos trans, los derechos reproductivos y la protección contra la violencia doméstica son algunos de los temas que con mayor frecuencia desencadenan acusaciones de diseminar “ideología de género” y movilizan la oposición pública a la justicia de género.

El segundo factor es enmarcar la protección de la infancia y las demandas progresistas como fundamentalmente opuestas. Esta oposición se alimenta de ideas equivocadas que presentan a las personas LGBT y a las feministas como un peligro para la sociedad. Los grupos género-restrictivos sostienen que las personas LGBT son depredadores sexuales mientras que las feministas se equiparan a “agentes de la muerte” por su defensa de los derechos sexuales y reproductivos.

El tercer factor es la secularización estratégica (Vaggione, 2011). Esto es, la decisión consciente de restar importancia a la retórica religiosa y legitimar su oposición a la justicia de género a través de la apropiación y resignificación de conceptos, lenguajes y espacios seculares. Esto ha ocurrido en tres campos principales: la academia, los derechos humanos, y la teoría de género y el feminismo. Por ejemplo, grupos género-restrictivos están teniendo éxito al usar el lenguaje y los instrumentos legales del marco de los derechos humanos para presentar sus esfuerzos antiderechos como iniciativas afirmadoras de derechos. Esta estrategia es altamente eficaz porque expande la oposición a la justicia de género y galvaniza el sentimiento anti-LGBTI sin usar referencias o lenguaje religiosos. Esto quiere decir que promueve una visión de mundo patriarcal y género-restrictiva a través de narrativas seculares que resultan atractivas para un público muy amplio.

Un aspecto clave para tener en cuenta sobre los grupos contemporáneos género-restrictivos basados en la fe es que son heterogéneos, pero también altamente motivados y orientados por metas comunes, lo que los hace excelentes trabajando juntos pese a sus diferencias. Los grupos género-restrictivos ceden y sacrifican detalles particulares de sus convicciones políticas y creencias religiosas para establecer un orden social, político y económico coherente con su visión de mundo patriarcal y género-restrictiva. Al hacerlo, se han convertido en un movimiento género-restrictivo basado en la fe, multifacético y

heterogéneo -pero muy coordinado y eficaz-, capaz de trabajar a través de distintas denominaciones religiosas, partidos políticos y regiones. El término “ideología de género” ha sido crucial para la coordinación de estos esfuerzos. En su oposición compartida a la “ideología de género”, un grupo diverso de actores género-restrictivos encontraron una bandera común que les permitió expandir su apoyo e influencia.

Otro aspecto importante de los grupos género-restrictivos contemporáneos es que la visión de mundo patriarcal y jerárquica que promueven resuena fuertemente con partidos y movimientos nacionalistas y autocráticos a lo largo del espectro político. Un creciente número de figuras políticas de izquierda y derecha que se inclinan hacia el autoritarismo están usando la retórica de “combatir la ideología de género” para conectar con los generosos recursos y la creciente influencia de los grupos género-restrictivos, y cortejar a sus disciplinados votantes.

Por eso, debe reconocerse la conexión entre el ataque a los derechos LGBT, de las mujeres cisgénero y de la niñez, y los esfuerzos actuales de desdemocratización a lo ancho del globo. Los grupos género-restrictivos contemporáneos están jugando un importante papel en la llegada al poder de regímenes autocráticos alrededor del mundo, con consecuencias devastadoras para los derechos humanos, la justicia de género y la democracia.

Además, los grupos género-restrictivos tienen un compromiso a largo plazo con el cambio cultural y de narrativa. Su teoría del cambio se juega en tres dimensiones temporales: iniciativas a corto plazo que requieren acción inmediata; proyectos a mediano plazo para reformar la legislación y otras políticas relevantes; y una visión teleológica de la historia, es decir, que busca establecer una visión de mundo para la eternidad, literalmente.

Más aún, la inversión sostenida y a largo plazo en el cambio cultural y de narrativa otorga una ventaja clave a los grupos género-restrictivos: los hace altamente resilientes a derrotas concretas, asegurando su habilidad para continuar trabajando hacia el cumplimiento a largo plazo de sus metas. Esta es la razón por la que, incluso en contextos en los que los grupos género-restrictivos han perdido todas o casi todas las batallas legales y de políticas, parecen estar ganando amentando consistentemente su influencia social y política.

Se hablará del caso peruano porque es ilustrativo de la manera en que los grupos género-restrictivos instrumentalizan la infancia para fabricar pánico moral y movilizarlo contra los DSR, los derechos LGBT y la justicia de género. En concreto se mostrará cómo a pesar de perder batallas legales y de política pública de gran importancia, los grupos género-restrictivos parecen estar ganando la guerra comunicativa y cultural.

Infância e juventude no Brasil em tempos de conservadorismos: por entre dinâmicas de poder envolvendo expressões de gênero e sexualidade

Vanessa Leite¹⁰

As expressões de gênero e sexualidade infantojuvenis estiveram, na última década, no centro de grandes controvérsias públicas no Brasil, mobilizando diferentes atores e arenas, especialmente no atual contexto de fortalecimento de conservadorismos, como parte de uma agenda transnacional antidireitos. A ofensiva conservadora que verificamos em nosso país, envolvendo especialmente questões ligadas a gênero e sexualidade, se articula a um projeto de sociedade que não tem a garantia de direitos humanos no seu horizonte. Essa ofensiva se desenvolve com certas características em cada contexto nacional. Contudo, os temas, articulações e inclusive os discursos que dão base à essa ofensiva são bastante parecidos em diferentes partes do mundo. A equidade de gênero, o aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e leis e políticas voltadas à educação em sexualidade nas escolas, com matizes específicos, são temas que têm unido amplos setores conservadores em diferentes países, onde assistimos a reações públicas que fomentam um pânico moral, que agrega legiões de pessoas em defesa da família, da heterossexualidade e contra um pretense desvirtuamento das crianças, adolescentes e jovens. Esse reacionarismo moral se articula a interesses econômicos e políticos.

¹⁰ Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ).

Vivemos um momento histórico em que há uma menor aceitação dos procedimentos democráticos e a agenda neoliberal se fortalece também no âmbito dos costumes, se articulando à agenda conservadora, que não é só religiosa.

Tenho afirmado que a infância/juventude é um ponto estratégico para refletir sobre os processos de transformação por que passa a política sexual brasileira, já que as expressões de gênero e sexualidade infantojuvenis têm ocupado um papel fundamental no confronto de concepções e valores em relação à sexualidade e ao gênero (Carrara, 2015)¹¹. Nesse contexto, assistimos, na arena pública brasileira, ao fortalecimento de discursos religiosos "conservadores", como parte dessa movimentação antidireitos. Os atores que protagonizam essa ofensiva têm ocupado lugares de poder nas estruturas do Estado e acionado temáticas ligadas a gênero e sexualidade como artefatos políticos na deflagração de pânicos morais - como vimos no engendramento, no Brasil, dos assim chamados "kit gay", "escola sem partido" e, em âmbito mais amplo, da "ideologia de gênero". Ao me debruçar sobre essas controvérsias públicas nos últimos anos, olhando para o discurso público de setores "conservadores", a maioria, atores religiosos, proponho refletir sobre aproximações e distanciamentos dos argumentos acionados (Leite, 2019 a,b)¹².

A reflexão voltou seu olhar para o pânico moral criado em torno do Projeto Escola sem Homofobia, chamado de "kit gay" por seus detratores, a partir de 2011. A forma como se posicionaram os múltiplos atores envolvidos no processo e as decorrentes correlações de força fizeram do episódio do ESH um "estopim" para que outros projetos e temas muito vinculados a uma pauta conservadora ganhassem força no parlamento brasileiro, ecoando na mídia e na sociedade como um todo. Acompanhar a trajetória do Projeto Escola sem Homofobia é um "passeio" por disputas de concepções, valores e projetos de sociedade.

¹¹ CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana*. 21(2): 323-345, 2015.

¹² LEITE, Vanessa. "Em defesa das crianças e da família": Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos "conservadores" em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad*. Rio de Janeiro. n.32, 2019a.

LEITE, Vanessa. "A captura das crianças e adolescentes: refletindo sobre controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade nas políticas de educação". *Série-Estudos*, Campo Grande, MS, v. 24, n. 52, p. 11-30, set./dez. 2019b.

Seguindo as controvérsias públicas, entre 2013 e 2014 acompanhamos os embates em torno do Plano Nacional de Educação e dos planos estaduais e municipais, onde a expressão gênero, mas também orientação sexual, foram retiradas dos planos de educação, em batalhas quase corporais nas casas legislativas do país. E assistimos ao acionamento da terminologia “ideologia de gênero”. Muitos autores têm refletido e debatido desde a gênese desse sintagma até o seu espraiamento por vários países e partes do mundo e diferentes formas de acionamento. E vivemos a eleição de 2018, quando vimos serem ressuscitados materiais quando da polêmica envolvendo o Escola sem Homofobia em 2011, e o “kit gay” ser um dos principais artefatos da campanha do presidente eleito do país, Jair Bolsonaro.

Há, nessas controvérsias, uma reiteração da argumentação de que há uma “orquestração gay e feminista” que defende a sexualização das crianças, o estímulo à homossexualidade e a destruição da família. Os atores envolvidos nessas polêmicas têm mobilizado um discurso de defesa das crianças e adolescentes articulado a um discurso de “defesa da família brasileira”, como se essa família fosse um ente único e estável. Cresce nos meios religiosos mais “conservadores” uma ideia de que se estaria tentando destruir a “família tradicional”. Como afirmam Biroli, Machado e Vaggione (2020, p.07)¹³, “estamos diante de uma correlação de forças que amplia o espaço e o potencial de atuação dos grupos conservadores religiosos e de seus aliados seculares, e assim, ‘feminismo radical’ e ‘marxismo cultural’ são expressões chave não só nas ações contra direitos de mulheres e pessoas LGBTQI, mas também contra os direitos de meninas e meninos, sempre em nome dos “valores familiares”. Nesse cenário, em que concepções extremamente conservadoras em relação ao gênero e à sexualidade se tornam políticas de governo, os desafios se ampliam na afirmação dos direitos sexuais e à livre expressão de gênero das crianças, adolescentes e jovens.

Expressões de gênero e sexualidade infantojuvenis – entre normas e hierarquias

O desenvolvimento de pesquisas e o diálogo constante com educadores têm me mostrado como essas reflexões se materializam nas instituições, especialmente nos

¹³ BIROLI, Flavia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.

espaços educativos, e na vida dos jovens. Um ponto preocupante é a enorme força de normas e convenções sociais que, desde a primeira infância, excluem e discriminam aqueles que não “cumprem” com o que é esperado para o gênero que lhes foi atribuído ao nascer. Desde muito cedo as crianças são cobradas a assumir comportamentos em relação ao seu gênero que mantém desigualdades e uma cruel hierarquia de gênero. Às meninas é imposto um lugar social de submissão aos desejos masculinos. Ainda é esperado delas uma preparação para o cuidado doméstico, o casamento e a maternidade. Às mulheres ainda cabe a responsabilidade do mundo privado. Em muitos contextos, as meninas têm sua permanência na escola comprometida pelo trabalho doméstico e o cuidado de irmãos mais novos. Contudo, desde muito pequenos, aos meninos é cobrado um tipo de masculinidade baseada em virilidade extrema e agressividade. A negação da possibilidade de expressão das emoções, uma estimulação excessiva em relação ao exercício da sexualidade e a desvalorização da mulher e do mundo feminino são exemplos de uma realidade que contribuem enormemente para a manutenção das desigualdades de gênero.

No que diz respeito à sexualidade, a grande maioria das instituições historicamente não têm tratado formalmente o tema da sexualidade com os adolescentes e jovens, negando, de certa maneira, essa dimensão da vida deles. Quando esses temas aparecem, é numa perspectiva negativa, vinculada a supostos “problemas”, como a gravidez - considerada sempre “indesejada” e às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS, afirmando concepções biologicistas e essencializadoras da sexualidade. A maioria das experiências educacionais no campo da sexualidade e do gênero voltadas a adolescentes e jovens ainda se baseia fundamentalmente no repasse de informações. A sexualidade é abordada quase sempre na perspectiva do risco e não na do direito.

É imprescindível que comecemos a compreender a importância de pensar as expressões de gênero e sexualidade como constitutivas da vida das crianças, adolescentes e jovens. É importante ressaltarmos que há uma pedagogia do gênero e da sexualidade que vai conformando nas crianças e jovens não só uma forma de viver a feminilidade e a masculinidade, uma forma “correta” de ser menino ou ser menina, como também vai conformando que ser menino ou menina do jeito certo é desejar pessoas do gênero oposto. Os valores e as representações sociais hegemônicas sobre gênero e orientação sexual são

transmitidos desde muito cedo. Esse processo se inicia na infância, e a escola tem se mostrado uma das principais instituições de controle das convenções de gênero. Ao contrário do que é dito quando se defende a não discussão de temas ligados a gênero e sexualidade na escola, defender as crianças e adolescentes é possibilitar que essas desigualdades sejam discutidas.

Lugares da escola na afirmação de direitos sexuais e à livre expressão de gênero infantojuvenil

A escola tem um papel central para as crianças e jovens. É lá que eles passam boa parte de suas vidas, constroem suas redes de sociabilidade e experimentam a maioria de seus valores. São as políticas de educação as que mais se relacionam com as crianças, adolescentes e jovens. Diferentes situações vividas em espaços educativos por crianças, adolescentes e jovens que confrontam com as normas de gênero e sexualidade, e aqueles que se identificam como LGBTI+, envolvem atitudes discriminatórias de diferentes atores da escola. Se a maioria dos casos relatados diz respeito a atitudes mais individualizadas, que, é claro, contam com a convivência e silenciamento de muitos outros, alguns casos envolvem posturas institucionais.

Em geral, as escolas não têm incorporado um entendimento da diversidade sexual e de gênero como algo que faz parte da vida dos jovens, logo, algo que comporia o cotidiano escolar. Contudo, há muitas formas de lidar com as expressões de gênero e sexualidade infantojuvenis pelos diferentes agentes institucionais da educação. O confronto de moralidades em relação ao gênero e sexualidade também está presente no cotidiano de cada escola. No bojo dessa reflexão, um aspecto que merece atenção especial é a tensão entre público e privado, entre a construção de espaços de atendimento públicos e laicos e a fixação a valores religiosos. Essa tensão tem operado no sentido de provocar mais paralisia do que transformação nos espaços educativos. Vinculações e dogmas religiosos dos educadores podem fazer com que suas posições pessoais, ligadas a convicções de ordem privada, impeçam ou dificultem que eles levem a cabo discussões ligadas a gênero e sexualidade.

As diferentes moralidades em relação à sexualidade e ao gênero habitam a escola. Nossa experiência tem mostrado que a escola pode ser o lugar que discrimina e expulsa, em que se pune as diferenças, onde vinculações e dogmas religiosos dos educadores

dificultam ações mais abertas às diversidades. Mas a escola também pode ser o lugar do acolhimento, da proteção, da busca do respeito. Assim, uma realidade que parece contraditória do fazer cotidiano das escolas – ela acolhe e ela discrimina – se articula com um contexto em que se expressa claramente o confronto de diferentes concepções e valores em relação à sexualidade e ao gênero. Essa realidade vista como contraditória das escolas é, a meu ver, o melhor retrato da expressão do conflito, que habita a escola e a sociedade brasileira de forma mais ampla.

Verificamos assim que, o lugar da família, da escola e os valores religiosos estão fortemente relacionados com a possibilidade (ou não) de afirmação dos direitos dos adolescentes e jovens ao exercício da sexualidade e trânsitos de gênero.

Voltando nosso olhar para as resistências

Se há o fortalecimento de discursos mais conservadores, verificamos também, que há muita resistência sendo construída. Se temos acompanhado o fortalecimento de discursos religiosos conservadores em diferentes âmbitos da sociedade, assumindo protagonismo no fortalecimento e ascensão, no país, de uma agenda “antidireitos” e, em especial, “antigênero”, em contrapartida, tenho me animado ao estabelecer contato com setores cristãos progressistas que têm feito o que eles denominam de “disputas de narrativa”, quebrando com possíveis generalizações em relação ao campo religioso e articulando múltiplas resistências.

De outro lado, crescem enormemente as experiências desenvolvidas por grupos de jovens feministas, negras e negros e LGBTI+. Os jovens estão agindo e reagindo. É importante fortalecer as ações dos jovens. Acredito ser a participação e organização dos jovens o que pode fazer a grande ruptura nessa relação tutelar que insiste em permanecer nas políticas e espaços de atendimento e eles se constituírem efetivamente como sujeitos de direitos. É importante fortalecer também as ações dos educadores e profissionais que estão silenciosamente desenvolvendo atividades ligadas às temáticas de gênero, sexualidade, pertencimento étnico-racial e ao respeito às diferenças nas escolas, mas também em unidades de saúde e assistência social. E é fundamental nesse processo, a sensibilização dos gestores. É no cotidiano das instituições que a política pública efetivamente se constrói e é transformada. Assim, como é a militância social que pode contribuir para a mudança da realidade.

Ao voltar nosso olhar para os espaços educativos, ganha relevância nesse contexto o desenvolvimento de ações do que chamamos de “educação em gênero e sexualidade”, voltadas aos jovens e aos profissionais. Ações que tenham uma proposta de construção de processos, uma vez que pretendem promover o debate em torno dos direitos sexuais, direitos reprodutivos e direitos à livre expressão de gênero. E que possibilitem a reflexão de processos sociais mais abrangentes de estigmatização ou discriminação. Trata-se, portanto, de projetos que pretendem não apenas incidir sobre os espaços educativos, mas transformar um conjunto de valores que sustentam e reproduzem hierarquias, desigualdades, e relações de poder para além da realidade institucional.